

TIRANDO O VÉU DA INVISIBILIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DAS MULHERES: EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Edeson dos Anjos Silva

edeson.anjos@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8369505246135326>

Israel Rocha Dias

isrocha30@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6560878864016241>

Claudete Beise Ulrich

claudete@fuv.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/9944681145159594>

RESUMO

O presente artigo objetiva tirar o véu da invisibilidade e subordinação das mulheres na sociedade. Um processo educativo libertador é fundamental para que aconteçam transformações na vida das mulheres e dos homens. A problemática que envolve este trabalho aponta para a construção histórica a qual as mulheres foram submetidas, gerando silenciamento, invisibilidade e subordinação. A formação judaico-cristã tem fortalecido as relações de poder e de hierarquia. A metodologia é a descritiva. Desta forma, analisamos os dados de acordo com o principal sujeito da pesquisa: as mulheres, portanto, um recorte histórico fez-se necessário para compreender a trajetória estigmatizada das mulheres ao longo de sua luta por visibilidade, respeito e participação ativa na sociedade. Neste sentido, apontamos para a educação com um passo importante para a autonomia, emancipação e a visibilidade das mulheres. Concluimos que as mulheres já em muitos cursos acadêmicos a maioria. No entanto, a desigualdade de gênero ainda continua, devido a cultura patriarcal, capitalista e sexista. Necessário se faz uma revolução cultural, mas também uma transformação no modelo de produção e reprodução da sociedade.

Palavras-chave: mulheres. desigualdades. educação. revolução cultural. transformação.

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal, tirar o véu da invisibilidade e subordinação das mulheres¹ na sociedade e, ressaltando a importância da educação como direito de

1 Este texto faz uso da categoria mulheres, pois a historiadora Michelle Perrot (2017) sugere não ser possível perceber as mulheres de forma universal, pois cada uma tem a sua própria história. A partir dos estudos de gênero, entendemos

todos/as, independentemente de religião, etnia, sexo, gênero, condição social, dentre outros aspectos. A educação é apontada como o único meio para garantir a igualdade de condições necessárias para a participação plena das mulheres em todos os setores no que tange, por exemplo, a profissão em que elas (mulheres), desejem atuar. Afirmamos que as mulheres podem estudar qualquer área do conhecimento humano e podem atuar em todas as esferas da sociedade.

Assim, para entendermos de maneira mais abrangente as questões relacionadas a (re) construção social do sexo feminino na sociedade, um recorte histórico faz-se necessário para compreender a trajetória estigmatizada das mulheres ao longo de sua luta por visibilidade, respeito e participação ativa na sociedade, que é ou deveria ser democrática.

Acrescentando-se, utilizamos como metodologia, a pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2009, p. 44), este tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Trataremos também das questões que envolvem a Educação, por entender que é o único caminho para garantir a igualdade de condições para todos os indivíduos terem condições de usufruir de seus direitos como cidadãos, principalmente, as pessoas do sexo feminino, foco deste estudo. Neste sentido, Paulo Freire (1986) nos aponta que a educação necessita ser uma prática libertadora e emancipadora.

Recorte histórico: compreendendo a trajetória estigmatizada das mulheres

A primeira evidência estigmatizada da desigualdade de gênero materializada no corpo feminino tenha, talvez, sido o da mitologia grega, em “a caixa de Pandora” (MADRID, 1999). PULEO (2003, p.13) aponta que a curiosidade foi construída de tal forma que é advinda do “sexo” feminino, e acrescenta que “Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça”. A partir desse acontecimento, na perspectiva de SALZASMAN (1992), começam a se definir o que é característico de cada gênero, acentuando e delimitando o que cada gênero pode ou não fazer.

A história de Pandora da mitologia grega apresenta aproximações com o mito bíblico de Adão e Eva. Eva é apontada como a culpada de trazer o pecado ao mundo, por ter oferecido o fruto da árvore do conhecimento para Adão. PULEO (2003, p. 13), salienta que “na tradição judaico-cristã, o relato da expulsão do Paraíso tem essa função: Eva é a Pandora judaico-cristã porque, por sua culpa, fomos desterrados do Paraíso”. Além do mais, criou-

que ser mulher é uma construção sócio-histórica, sendo necessário a desarticulação/desconstrução dos princípios biológicos, heteronormativos que regem a sociedade.

se no imaginário cultural, a partir da tradição judaico cristã a oposição entre duas mulheres Eva e Maria.

Atualmente, as igrejas evangélicas neopentecostais afirmam a oposição entre a mulher virtuosa e a mulher soberba, a partir de textos bíblicos reforçando o papel das mulheres virtuosas como mães, esposas e cuidadoras da casa. As mulheres que buscam um outro caminho são consideradas soberbas. (ULRICH; ROCHA, 2018, p. 31) O bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus afirmou, recentemente, num culto que as mulheres não precisam fazer uma faculdade, o ensino médio basta.² A partir de um dito poder religioso justifica-se o lugar subalterno das mulheres, afirmando os homens como cabeça da família.³ Estes mitos afirmaram e continuam afirmando a misoginia, relações de poder e de hierarquia nas relações, dos homens sobre as mulheres, afirmando o patriarcado.

Desde a sua conquista, o Brasil tem como religião principal o cristianismo, que pode ser verificado ao longo da história através dos fatos sociais e culturais. Sendo, ainda a maioria das pessoas de tradição católica romana. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012)⁴, em seu último recenseamento, entretanto, evidenciou para um aumento crescente de evangélicos. Neste sentido, pode-se afirmar que grande parte dos/das brasileiros/as se categorizam de religião de tradição cristã. GEERTZ (2008, p.104) ao definir religião, afirma que ela é “um sistema de símbolos”, com objetivos nítidos, para,

estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (GEERTZ, 2008, p.104).

Portanto, é pertinente parafrasear Geertz, quando diz que a religião é capaz de influenciar profundamente, de maneira dolorosa, muitas vezes, as pessoas. Então, incide na forma de como os seres humanos se interrelacionam, na forma de como os corpos dos homens e das mulheres são concebidos, bem como suas sexualidades, que é de forma binária, dentro de um padrão normativo. O modo como o corpo é visto, percebido e

² Edir Macedo fala que mulher não pode estudar para que homem não se sinta inferior a ela. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovensdeesquerda/videos/463582457832743>. Acesso em 27 set. 2020.

³ Veja a análise do discurso por Jessé de Souza. O discurso criminoso de Edir Macedo. 27 set. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tjd_s5Ji7NA. Acesso em 28 set. 2020.

⁴ IBGE – Será utilizado para referir-se ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

materializado sofre influência direta da religião e pode ser verificada na fala de Scott (1990, p.14-16), quando aponta,

[...] primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias). [...] Em segundo lugar, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino.

Outrossim, Scott (1990), procura mostrar com sua reflexão que, os conceitos normativos são expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, afirmam a oposição binária do masculino e do feminino, excluindo os corpos que não se enquadravam neste padrão heteronormativo e alerta que há outras formas de feminilidade e de masculinidade se manifestarem no mundo. Assim, entende-se que religião é formada por símbolos, mitos, ritos, livros sagrados que deixam transparecer as hierarquias, que se mostram nas relações de poder reforçando a inferiorização nas relações de gênero, visto que gênero também, muitas vezes, erroneamente, é concebido de forma binária. Cabe salientar, que a religião tem sido um forte elemento cultural que tem esforçado a desigualdade de gênero não se abstendo somente as relações entre homens e mulheres, mas na inter-relações entre homens/homens e mulheres/mulheres, perpassando e atravessando a toda sociedade de geração em geração.

Por fim, a religião, desde seus primórdios, tem concebido e alimentado a sexualidade como meramente para fins de procriação, em outras palavras, um mal necessário e não como uma pertença de natureza humana. Segundo Susin (2011, p.119),

A função da sexualidade como exclusivamente reprodutora também é um fator gerador de problemas, pois o sexo realizado somente por prazer não é moralmente bem-visto. Mesmo que os/as brasileiros/as tenham práticas e comportamentos bastante diferentes dos pregados pelas religiões cristãs, essas concepções ajudam fortemente a amalgamar e a legitimar o preconceito contra gays e lésbicas, reforçando as ideias correntes de que essas pessoas vivem em perversão, são anormais e desviantes.

Neste universo, Alves (1994), concebe a religião como uma linguagem que gera e modifica realidades, acentua as relações de poder, entretanto, podem ser utilizadas como fonte de transformação nas vidas de homens e mulheres, falando a partir da concepção da identidade de cada ser humano. Assim Alves (1984, p.16),

Sabia que a religião é uma linguagem?

Um jeito de falar sobre o mundo...
Em tudo, a presença da esperança e do sentido...
Religião é tapeçaria que a esperança constrói com palavras.
E sobre estas redes as pessoas se deitam.
E, deitam-se sobre palavras amarradas umas nas outras.
Como é que as palavras se amarram?
É simples.
Com o desejo.
Só que, às vezes, as redes de amor viram mortalhas de medo.
Redes que podem falar de vida e podem falar de morte.
E tudo se faz com as palavras e o desejo.
Por isso, para se entender a religião, é necessário entender o caminho da linguagem.

A partir desta concepção, a religião pode ser assimilada como uma forma de materialização do mundo. A religião é construída de vocábulos, elaborada a partir de dialetos. Como linguagem, a religião encontrasse-se como uma colcha de retalhos. E muitas vezes, as costuras dos retalhos não são feitas com amor, carinho, afeto, mas sim com medo, castigos e inferiorização, carregados de discursos de ódio que se manifestam nas ações de pessoas.

Neste sentido, é pertinente enfatizar que a religião tem sido um fator cultural/social desfrutado para corroborar e enaltecer a desigualdades entre os gêneros, não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres, perpassando pela classe social, raça/etnia de geração em geração.

Assim, religião concebe e dissemina a sexualidade numa perspectiva de mal necessário a reprodução e não algo natural, necessário a vida e a realidade humana. Para corroborar faz-se necessário citar Valéria Melki Busin,

A função da sexualidade como exclusivamente reprodutora também é um fator gerador de problemas, pois o sexo realizado somente por prazer não é moralmente bem visto. Mesmo que os/as brasileiros/as tenham práticas e comportamentos bastante diferentes dos pregados pelas religiões cristãs, essas concepções ajudam fortemente a amalgamar e a legitimar o preconceito contra gays e lésbicas, reforçando as ideias correntes de que essas pessoas vivem em perversão, são anormais e desviantes. (BUSIN, 2011. 106).

A partir da visão religiosa pautada no cristianismo, os homens se apropriaram de construções preconceituosas e inferiorizastes, que são reforçadas em um círculo vicioso como algo inerente a ordem natural, desacreditando inclusive, a ciência. Assim, qualquer relação que foge ao binarismo de gênero é concebida como pecado, pois a procriação/reprodução não tida como primeira instância, logo, é pecado. Interessante

lembrar o que primeiros escritores cristãos diziam sobre as mulheres. Tertuliano escreveu o seguinte

Mulher, deverias andar vestida de luto e farrapos, apresentando-te como uma penitente, mergulhada em lágrimas, redimindo assim a falta de ter perdido ao gênero humano. Mulher, tu és a porta do inferno, foste tu que rompestes os selos da árvore proibida, tu a primeira a violar a lei divina, a corromper aquele a quem o diabo não ousava atacar de frente; tu foste a causa da morte de Jesus Cristo. (TERTULIANO apud LADEIRA; LEITE, 1993, p. 24-26).

São Bernardo (1090 – 1153), místico francês, atuou como evangelizador durante a Segunda Cruzada, construiu a imagem da mulher paralelamente a de um demônio:

Seus rostos são como o vento abrasador, e suas vozes, sibilos de serpentes; mas também lançam encantamentos nefastos a incontáveis homens e animais. E quando se diz que seu coração é uma rede, se está falando da malícia insondável que neles impera. E suas mãos são como cordas para prender, pois quando as põem sobre qualquer criatura para enfeitiçá-la, sempre conseguem seu propósito com a ajuda do demônio. (BERNARDO, apud LOI, 1988, p. 20).

Infelizmente, estes pensamentos ainda hoje encontram ecos nas relações entre homens e mulheres. Nesta linha, urgente é repensar a linguagem teológica, pois a mesma emite e reforça as relações hierárquicas, discriminatórias, homofóbicas e a manutenção de poder, afirmando e reafirmando a soberania masculina sobre o feminino e também sobre tudo que escapa/foge ao modelo social do patriarcado masculino e heteronormativo. Desta forma, o falar de Deus, muitas vezes, é limitado, falho e humano. Outrossim, Deifelt diz que:

É evidente o papel que contexto e cultura desempenharam na criação e manutenção de metáforas. Vamos analisar a trajetória de uma metáfora em particular: Deus como pai. O problema não é a metáfora em si, mas sua absolutização. [...] A linguagem mantém o poder do *pater*, não questiona a interconexão entre os construtos do poder, que beneficiam e, ainda pior, estabelece as relações hierárquicas como ordenamento divino. A perversão é tamanha que a divindade parece compactuar com valores sexistas, racistas, classistas e homofóbicos. Por isso suspeitar da linguagem é também suspeitar da realidade que dá origem a essa linguagem. A linguagem revela ideologias e práticas. (DEIFELT, 2006. p.266)

Desta maneira, nota-se que, tanto a partir dos mitos e da tradição judaico cristã, a forma de entender os corpos dos homens e das mulheres sempre foi de maneira a evidenciar os aspectos biológicos. Neste sentido, todos os corpos que não se esquadravam e não se enquadram dentro do modelo dito natural de se manifestar a feminilidade e a masculinidade eram e são absorvidos como desviantes, doentes e enfermos.

Assim, urge a necessidade de construir uma “imagem”, sem estigmas em relação ao corpo feminino. O corpo deve/ necessita ser repensado, que a mulher não carregue nos ombros o peso de ter nascida mulher. Ela precisa entender e viver o corpo em sua plenitude, e não submissa aos paradigmas propostos pela Igreja, onde viver sua sexualidade as colocam no pecado. As religiões não podem mais ditar as regras em relação ao corpo das mulheres. A pergunta que se faz é: como superar estas desigualdades, hierarquias, relações de poder construídas cultural e socialmente na história. Fundamental é reconhecer o movimento feminista como um motor de mudanças na história, questionando todas as estruturas sociais, educacionais, familiares, religiosas que promoveram exclusões e desigualdades nas construções das relações entre homens e mulheres.

Educação como direito igualitário: algumas abordagens

Para que possamos compreender do que se trata a Educação como direito igualitário, onde todos, sem exceção, possam ter acesso a uma educação de qualidade, transformadora, garantindo aos indivíduos a reprodução social, cultural dos valores e, principalmente, dos conhecimentos necessários para que ele possa contribuir para o crescimento da sociedade em que vive, precisamos refletir alguns aspectos como: educação, direito, políticas públicas, igualdade, dentre outros aspectos para que assim, possamos garantir que todos, mas neste caso, as mulheres, não tenham seu direito negado, ou mesmo negligenciado pelo simples fato de ser MULHER.

Diante disso, iniciamos essa abordagem com o texto abaixo, de *Ristoff (2006)*, artigo publicado no portal do Ministério da Educação, retratando um breve panorama da trajetória das mulheres da educação brasileira, então, o autor nos diz que,

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial; para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior (*BRASIL, 2006*).

Assim, temos em mente que, através da educação, esse “sexo frágil” (atributo dado em várias situações e contextos do dia a dia às mulheres), pode proporcionar a mulher que é “[...] dotada de inteligência e linguagem articulada” – neste momento nos baseamos no Dicionário On-line chamado *dicio.com*, que traz uma definição muito pertinente ao significado da palavra ‘mulher’ - contrapomos e concordamos com a letra da música de Érasmo Carlos – “Mulher (Sexo Frágil)”, que retrata o contrário, “dizem que a mulher é o

sexo frágil, mas que mentira absurda! Eu que faço parte da rotina de uma delas, sei que a força está com elas” (MUSICMATCH, 1981).

E é exatamente isto que estamos propondo, através da força que a educação nos proporciona, tirar esse véu da invisibilidade e subordinação das mulheres, mostrando que são capazes de muito mais do que acham que podem, assim como diz a música de Érasmo Carlos.

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 (CF), em capítulo III, artigo 205, diz que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Neste contexto da CF é que nos sustentamos quando falamos de igualdade, direitos, pois a CF não faz menção somente ao homem, ou somente a mulher como tendo os direitos a educação, e sim todos, sem fazer distinção entre os gêneros e, essa mesma CF parte do pressuposto que a educação deve proporcionar o direito à vida, a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade, o contrário disso, seria totalmente uma educação majoritária e não democrática.

Portanto, falar em igualdade pensando na diversidade de sujeitos que temos nas escolas em processo de escolarização, “[...] o tema das diferenças aparece como uma dimensão sempre presente em qualquer problema que abordemos em educação” (SACRISTÁN, 2002, p. 14), mas, quando falamos nos direitos para a mulher, e que esse direito pode ser conquistado através da educação, devemos considerar que,

[...] a diversidade é uma constante na história dos sistemas educacionais e no pensamento sobre a educação em permanente relação dialética com a proclamação e a busca da universalidade da natureza humana, da qual se deduz, entre outras coisas, o direito de receber o ensino em condições de igualdade (SACRISTÁN, 2006, p. 14).

Similarmente com a reflexão de Sacristán, entendemos que a escola é um local privilegiado dessa diversidade de culturas, personalidades, aprendizados, conhecimentos, dentre outros fatores, atrelados ao fato de que podemos manifestar essas diferenças de modo a entender que as diferenças existem, mas que cada um tem sua característica e que assim, precisamos respeitá-las para que possamos conviver em harmonia. E assim, possamos “ter a possibilidade de ser e de participar dos bens sociais, econômicos e culturais” (SACRISTÁN, 2006, p. 14).

Paralelamente, ainda seguindo na mesma linha de raciocínio de Sacristán (2002),

Considerar a diversidade é uma constante na história dos sistemas educacionais e no pensamento sobre a educação em permanente relação dialética com a proclamação e a busca da universalidade da natureza humana, da qual se deduz, entre outras coisas, o direito de receber o ensino em condições de igualdade (p. 14).

E é através dessas condições de igualdade abordadas pelo autor que queremos garantir, às mulheres, todos os direitos que elas têm por serem cidadãos pertencentes de uma sociedade ativa e produtiva, e não serem invisibilizadas ou mesmo subordinadas a condições precárias de trabalhos por serem consideradas incapazes por serem mulheres, sexo frágil, dentre outros adjetivos incabidos para definir a capacidade do sexo feminino.

Para que minimizar esse preconceito contra as mulheres, precisamos, através da educação, formar e conscientizar as pessoas de que cada um tem sua particularidade, sua singularidade, e não é o fato de ser mulher, de ter uma cultura diferente do outro, ou mesmo por pensar diferente do outro, vai nos definir por completo, o que precisamos entender é que, a partir dessas diferenças, nos constituímos como seres humanos.

O que vamos fazer com toda essa informação, com todo esse conhecimento, com essa gama de referências que o outro, o diferente nos traz, cabe somente a nós decidirmos, e não julgarmos o outro por acharmos que ele não é capaz ou mesmo por não se encaixar no padrão em que a sociedade julga ser a mais correta ou aceitável, o que precisa prevalecer, sempre, é o respeito.

Possivelmente, tudo isso, vai ao encontro do pensamento de Sennett (2004, p. 13), quando nos esclarece que,

É certo que a sociedade tem uma idéia dominante de que, ao nos tratarmos como iguais, afirmamos o respeito mútuo. Mas será que só podemos respeitar as pessoas que são tão fortes quanto nós? Algumas desigualdades não são arbitrarias, mas outras são intratáveis – como as diferenças de talento. Na sociedade moderna, em geral as pessoas não conseguem levar a consideração e o respeito mútuo através dessas fronteiras.

Surpreendentemente, essas e outras perguntas são fundamentais para que possamos entender toda a diversidade que temos em nossa sociedade e ainda nos questionar o fato de que, em pleno século XXI, com tantas informações que chegam em uma velocidade tamanha, ainda precisamos lutar para que as mulheres, foco desse artigo, precisam provar o tempo inteiro que são capazes de realizar qualquer “coisa” que ela quiser ou ser quem ela quiser, pois,

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas desta forma, julgando apenas alguns poucos dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas de escassez, esta é produzida

pelo homem; ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta? (SENNETT, 2004, p. 17).

Por isso, usaremos a ferramenta mais forte em nossa sociedade para provar que as mulheres podem sim, fazer qualquer “coisa” que ela quiser e estar em qualquer lugar que ela quiser, e esta ferramenta chama-se EDUCAÇÃO, por entendermos que,

Em educação, a diversidade pode estimular à busca de um pluralismo universalista que contemple as variações da cultura, o que te requer mudanças importantes de mentalidade e de fortalecimento de atitudes de respeito entre todos e com todos (SACRISTÁN, 2002, p. 23).

Assim, para que esses estigmas do ‘incapaz’, do ‘inferior’, que assombram as mulheres, é necessário que a conscientização sobre as diferenças seja trabalhada na escola, mostrando para os alunos o real significado da diversidade, que significa, de acordo com Sacristán (2002, p. 23) a “ruptura ou abrandamento da homogeneização que uma forma monolítica de entender o universalismo cultural trouxe consigo”.

Diante disso, é válido frisar que a Educação é uma das vias para viabilizar uma sociedade justa, onde as mulheres tenham oportunidades de forma equânime. A Educação é transformação que potencializa o papel da mulher na sociedade. A Educação deve apropriar-se de políticas públicas que impulsionam uma Educação libertadora, e neste palco a esperança, o amor deve reinar.

Conclusão

Diante de tudo que foi abordado até aqui, concluímos este trabalho com um sentimento de satisfação, por abordar um tema tão importante nos dias de hoje, que é a Luta pelos direitos das mulheres, dando visibilidade aos seus atos constitucionais tão segregados por uma sociedade que não valoriza o sexo feminino. Em pleno século XXI, mantem-se resquícios religiosos, culturais, sociais históricos, colocando-as mulheres como seres inferiores e incapazes, as segundas na ordem da criação, ou como aquelas que trouxeram o pecado no mundo.

Os mitos de Pandora e Eva ainda povoam o imaginário e as práticas na sociedade brasileira. Interessante perceber que os movimentos feministas, atualmente, são perseguidos, pois buscam romper com as hierarquias e relações de poder. No entanto, é necessário afirmar que foi o movimento feminista, com diferentes pensadoras que refletiram a sociedade que inicia um processo de mudança na mesma. Há movimentos de grupos que se afirmam cristãos que combatem a educação universitária para as mulheres, como um dos discursos do bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, afirmando um lugar secundário para as mulheres. Contra estes movimentos é necessário levantar a voz,

ir as ruas e reivindicar o direito garantido na Constituição Federal de 1988 brasileiras, onde todos e todas são iguais diante da lei e que a educação é um direito humano. Portanto, urgente se faz trazer a memória a história de luta das mulheres, pelo direito de decidir pelo seu corpo, direito de estudar, pelo direito de ser mulher, sujeito da história.

Lembramos que a educação necessita ser libertadora, englobando as situações concretas do cotidiano, a partir das perguntas que surgem das educandas/os. Neste sentido, ressaltamos a importância da educação para todas as mulheres, fator primordial para todos os sujeitos, pois é através da mesma que podemos combater qualquer tipo de discriminação, desigualdade de qualquer natureza, preconceitos, estigmas, dentre outros fatores

Referências

ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 16.

ANDRADE T. **MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?** 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade. Acesso em: 27/09/2020.

ANDRADE, T. **A trajetória de exclusão da educação feminina no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2017/09/04/a-trajetoria-de-exclusao-da-educacao-feminina-no-brasil/> acesso em: 27/09/2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUSCHINI, Cristina, ARDAILLON, Danielle, UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34.

BUSIN, Valéria Melki. **Religião, sexualidades e gênero, Rever**, v. 11, n. 01, jan./jun., p. 105-124, 2011. p. 119. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/6032/4378>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. 2003. Disponível em : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 27/09/2020.

DEIFELT, Wanda. Apontamentos sobre Deus e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.) **Teologia para Outro Mundo Possível**. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 263-276. p. 266.

DILVO RISTOFF. **A TRAJETÓRIA DA MULHER NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868> acesso em: 27/09/2020.

EVANS, P. *Algumas implicações da obra de Vygotsky na educação especial*. In: DANIELS, H. (org.). **Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – Vol. 1: A vontade de saber. 11. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed. 2009.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 325.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 104.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2CscASs>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A desigualdade de gênero no Brasil em um gráfico**. 2015-2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico>. Acesso em: 27/09/2020.

LADEIRA, Cadu; LEITE, Beth. **As mulheres em chamas: bruxas**. Super Interessante, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 24-29, fev. 1993.

LAURETIS, T. “Feminist Studies/ Critical Studies: Issues, terms, and contexts”. In: LAURETIS, T (org.). **Feminist Studies/ Critical Studies**. Bloomington/Indianápolis: Indiana Univerty Press, 1986.

LOI, Isidoro. **A mulher**. São Paulo: Jabuti, 1988.

- LOURO, Guacira Lopes. Genro, sexualidade e educação. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. Trad. Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2017.
- Puleo, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto do futuro. (<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>).
- SACRISTÁN, J. G. *A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas*. In: ALCUDIA, R. et al. **Atenção à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SALZSMAN, Janet. **Equidad y género: una teoría integrada de estabilidad y cambio**. Trad. María Coy. Madri: Cátedra, 1992.
- SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N. TOMÁS, C. Participação social e cidadania ativa das crianças. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: os olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summer, 2006.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Vol. 20 (2) jul/dez.1995.
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, [S.l.], n. 3, p.11-27, 1994. p. 14. Disponível em: <<http://bit.ly/2MKDtDB>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990. p. 5.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO PARANÁ. **As Mulheres e as Leis Brasileiras através da História**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 27/09/2020.
- SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ULRICH, Claudete Beise et al. Relações de gênero. In: Rosangela Stange. (Org.). **Estudos sobre Gênero**. 1. ed. Sinodal/IECLB: São Leopoldo/Porto Alegre, 2013, p. 9-12.
- ERASMO, Carlos. **Sexo Frágil**. Disponível em: <https://www.musixmatch.com/pt-br>. Acesso em: 27/09/2020.
- BRASIL. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/202-noticias/264937351/5710-sp-1216879868?Itemid=164>. Acesso em: 27/09/2020.

Sobre os autores:

Edeson dos Anjos Silva

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória onde pesquisa a relação entre Educação, Gênero e Religião. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdades Integradas Padre Humberto. Especialista em Metodologia de Física e Matemática pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Metodologia de Biologia e Química pela Universidade Única de Ipatinga. Especialista em Filosofia e Sociologia pela mesma Instituição. Especialista em Educação Inclusiva com Ênfase em LIBRAS - Fundação Universitária de Itaperuna. Licenciado em Ciências e Matemática - Faculdades Integradas Padre Humberto (2005). Licenciado em Pedagogia - FAVENI (2022). Atuou como tutor no Curso de Formação Continuada para professores de matemática do Estado do Rio de Janeiro e no curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Educação a distância - UFF/Ead. Atualmente é professor da rede pública e particular, onde atua no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Membro do grupo de pesquisa REGEVI. Tem interesse nas seguintes temáticas: Educação; Educação Especial; Ensino; Inclusão; Gênero; Ciências das Religiões.

Israel Rocha Dias

Pós-doutor, Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE/CE/UFES, na linha de Educação Especial e Processos Inclusivos. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela FACI/ES. Graduado em Pedagogia pela Faculdade São Geraldo-FSG/ES. Professor Efetivo de Educação Especial-Deficiência Intelectual e Múltiplas na Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Membro efetivo do GEPEI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Inclusão. Tem interesse em áreas que tratem da Educação Especial numa perspectiva inclusiva de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na escola comum e questões correlatas.

Claudete Beise Ulrich

Pós-Doutoranda em Educação (Universidade Federal do Espírito Santo-UFES). Pós - Doutora em História Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC). Doutora em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). Professora e Pesquisadora na Faculdade UNIDA, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida, Espírito Santo. Coordenadora do Curso Licenciatura em Ciências das Religiões. Líder do Grupo de Pesquisa em “Religião, Gênero e Violências (REGEVI): Direitos Humanos”, e do

Grupo de Pesquisa Teologia Pública e Estudos da Religião Cátedra Rev. João Dias de Araújo CNPq/UNIDA.